

“AGORA É UMA RIQUEZA MEDONHA E TODO MUNDO É DOENTE”: REPERCUSSÕES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA SOBRE A SAÚDE DE MULHERES CAMPONESAS NA CHAPADA DO APODI/CE

Maria de Lourdes Vicente da Silva¹

Raquel Maria Rigotto²

Mayara Melo Rocha³

Resumo: O presente estudo objetiva analisar as repercussões da modernização agrícola sobre a saúde de mulheres camponesas que vivem na Chapada do Apodi/CE, marcada pela desterritorialização promovida pela implantação de políticas públicas de irrigação e de empresas de fruticultura irrigada. A partir de abordagens teóricas que compreendem as mulheres como sujeitos do conhecimento e de metodologias feministas, valorizou-se o *conhecimento situado* das mulheres, expresso através de histórias de vida, enfocando nuances do conflito ambiental sob o foco da saúde. Como resultado desse processo pode-se afirmar que as mulheres estão vivenciando situações de desigualdade e vulnerabilização, pela imposição de riscos modernos, cada vez mais amplos e complexos, desconhecidos na cultura tradicional camponesa. Revela-se o papel do Estado na promoção da desterritorialização, na insuficiência das políticas públicas responsáveis pela garantia de direitos como a saúde, o trabalho e o ambiente, resultando no ocultamento dos riscos e danos. Neste contexto, novas necessidades de saúde são identificadas e as mulheres apontam caminhos para a com-

1 Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde - Universidade Federal do Ceará. lourdesmst@gmail.com

2 Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde - Universidade Federal do Ceará. raquelrigotto@gmail.com

3 Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde - Universidade Federal do Ceará. mayaramelorochoa@gmail.com

preensão dos processos da vida em sua dinâmica de complexidade e para a superação das desigualdades socialmente produzidas.

Palavras-chave: Mulheres; Agronegócio; Agrotóxicos, Saúde e Ambiente.

Abstract: This study aims to analyze the impact of agricultural modernization on the health of rural women living in Chapada do Apodi -CE, impacted by deterritorialization promoted by the implementation of public policies for irrigation and irrigated fruit growing companies. From theoretical approaches that include women as the protagonists of knowledge and feminist methodologies, appreciated the knowledge situated women, expressed through life stories, focusing on nuances of environmental conflict from a health perspective. As a result of this process it can be said that women are experiencing situations of inequality and increasing vulnerability, by imposing modern complex risks, unknown in traditional culture of rural populations. It is revealed the State's role in the promotion of deterritorialization, the inadequacy of public policies responsible for safeguarding rights such as health, labor and the environment, resulting in the concealment of the risks and damages. In this context, new health needs are identified and women point directions for the understanding of life processes in their dynamics and complexity to overcome the inequalities socially produced.

Keywords: Women; Agribusiness; Agrochemicals; Health; Environment.

Introdução

A presente pesquisa buscou contribuir com a produção de conhecimento sobre a saúde das mulheres camponesas no contexto da modernização agrícola e do avanço do capital no campo. Para isso, adentramos no cotidiano das mulheres que vivem em comunidades localizadas na Chapada do Apodi, região do Baixo Jaguaribe, considerada um dos maiores polos de desenvolvimento agrícola do estado do Ceará.

A fruticultura irrigada tem sido um dos “motores do desenvolvimento” do estado, recebendo vultuosos incentivos dos governos estadual e federal para seu crescimento. O perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, instalado no final dos anos 1980 na Chapada do Apodi, possibilitou a implantação desse modelo agrícola, sob a bandeira do “desenvolvimento”, através da geração de impostos e de emprego e renda para as populações do campo.

Entretanto, pesquisas realizadas na região (FREITAS, 2010; RIGOTTO, 2011) evidenciaram ali violentos processos de desterritorialização, sobretudo a partir dos anos 2000, com a chegada de grandes empresas transnacionais e nacionais de fruticultura irrigada para exportação, tensionando pela transformação do modo de vida das comunidades e gerando impactos sobre a saúde, o trabalho e o ambiente. As evidências indicam o agravamento de problemáticas como a violência contra a mulher; a exploração sexual, a prostituição; a insegurança alimentar; a precarização das relações de trabalho; a contaminação ambiental e humana; o aumento do alcoolismo e consumo de drogas; a gravidez precoce, entre outras (RIGOTTO, 2011).

De fato, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, a “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de distúrbios ou doenças” (OMS, 1976). Laurell (1982) defende que processo saúde-doença “é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza por meio do processo de trabalho, baseado em determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção” (LAURELL, 1982 p.16). O enfoque socioambiental dos determinantes da saúde (Porto, 2014), ao trazer a perspectiva da Ecologia Política, abre espaço para incorporar em sua análise a desigualdade social, a questão ambiental e as dimensões de gênero, geração e etnia. Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST:

Para ter saúde é preciso que as condições de vida sejam garantidas: terra e trabalho, condições de moradia, educação de qualidade, alimentação saudável, sem venenos e conservantes, meio ambiente limpo e conservado, lazer e bem estar. (MST, 2000, p. 50).

Nesta perspectiva, é possível compreender as relações entre desterritorialização e processo saúde-doença:

Os processos de produção e consumo tendem a promover profundas transformações nos territórios em que se inserem, produzindo conflitos socioambientais, a degradação do ambiente, a contaminação da água, do solo, do ar e da biota e dos

alimentos por substâncias químicas (a exemplo dos agrotóxicos), riscos tecnológicos de natureza física, a mudança nos padrões culturais, valores, hábitos, além da alteração de paisagens de importante significado para as populações tradicionais (RIGOTTO, TEIXEIRA, 2009, p.80).

Sendo a saúde um direito constitucional de todos os/as cidadãos/as, vai se delineando o confronto entre este modelo de desenvolvimento e as políticas públicas. É o caso, por exemplo, da Política Nacional de Promoção da Saúde (Portaria nº.687/2006), cujo principal objetivo é “promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes - modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso à bens e serviços essenciais. (BRASIL, 2006). Como compatibilizar esta definição, por exemplo, com as isenções fiscais e tributárias concedidas aos agrotóxicos (TEIXEIRA, 2011) e que vulnerabilizam a saúde ambiental e humana das populações do campo e das cidades?

Buscamos, assim, analisar a percepção das mulheres sobre tais transformações e seus impactos sobre o ambiente, o trabalho e a saúde. A centralidade da questão da saúde foi sendo trazida pelas mulheres ao longo da pesquisa, em decorrência das vivências no enfrentamento aos problemas em seu cotidiano, onde elas desempenham papel determinante no que tange ao cuidado, ao acompanhamento e às decisões em relação aos processos de adoecimento, além do fato de que elas próprias são alvo de processos de vulnerabilização promovidos pelo agronegócio.

O contexto e o problema do estudo

A estratégia geopolítica do agronegócio no Nordeste brasileiro – que alia Estado e setores empresariais na expansão das fronteiras agrícolas para produção de *commodities* – insere-se na lógica da nova divisão internacional do trabalho imposta pelas grandes corporações transnacionais aos países do Sul global. Caracterizado como neodesenvolvimentismo ou neoextrativismo (SVAMPA, 2012; GUDYNAS, 2009), tal processo tende a reprimarizar as economias e tem imposto profundas transformações aos territórios de vida e trabalho no campo.

Sob o discurso do desenvolvimento econômico, associado às promessas de geração de empregos e melhoria de renda, a Chapada do

Apodi foi inserida no cenário de reestruturação produtiva do capital e do reordenamento do espaço agrário a partir de ações desenvolvidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no intuito de implantar a política de irrigação no Baixo Jaguaribe, “alterando, principalmente, o modo de vida dos pequenos agricultores camponeses e das comunidades rurais”. (LIMA, VASCONCELOS, FREITAS, 2011, p.98). As contradições envolvidas na expansão das atividades do agronegócio se edificam pela lógica da expropriação de territórios, acumulação por meio da espoliação da terra e saque das riquezas do solo, água e subsolo, sendo resultantes de um pacto estratégico entre o grande capital agroindustrial, o financiamento público, o latifúndio e o Estado.

Os documentos da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará - ADECE apresentam como vantagens comparativas para atrair novos investimentos nacionais e estrangeiros as condições climáticas, a mão-de-obra abundante, a localização estratégica em relação ao hemisfério norte, a disponibilidade de terras a preços baixos, além de incentivos e isenções fiscais. Desse modo o semiárido, antes visto como problema por causa da seca, com a contribuição do Estado passa a ser solução para a expansão do capital no Nordeste. Assim, a fruticultura para exportação tem apresentado crescimento acelerado. Em 2010, o Brasil exportou US\$ 627 milhões em frutas, um aumento na ordem de 8,97% em relação ao ano anterior. Nesse cenário, a região Nordeste ocupa as três primeiras posições do ranking nacional de exportações, tendo o Ceará na terceira posição com 99,2 milhões (ADECE, 2011).

De acordo com dados publicados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS (2014), a produção dos perímetros irrigados cresceu em 20,8% no ano de 2012, apenas no Ceará, com um faturamento na ordem de 181 milhões nos 14 perímetros irrigados acompanhados pelo DNOCS no estado, liderados pelos perímetros de Tabuleiro de Russas e Jaguaribe-Apodi. Conforme reconhece o Diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Produção do DNOCS, “mesmo com a seca, houve crescimento da área cultivada no conjunto dos perímetros irrigados do DNOCS no nordeste, de 38.113 para 40.136 hectares cultivados”.

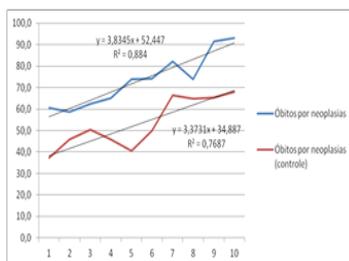
O modelo produtivo adotado pelo agronegócio é marcado, entre outros, pelo monocultivo, a mecanização, a proletarização de agricultores e o uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Seus ônus e bônus são distribuídos desigualmente, como alerta o conceito de *injustiça ambiental* (ACSELRAD, BEZERRA, MELO, 2009): lucro aos empreen-

dedores, alguns empregos precarizados para parte da população, e a exposição a diversificados riscos ocupacionais e ambientais para trabalhadores/as e moradores/as.

A saúde é, assim, uma dimensão crítica deste modelo, já que ele interfere drasticamente sobre os determinantes socioambientais da saúde (Porto, 2014), vulnerabilizando os sujeitos que vivem a desterritorialização. No que diz respeito aos agrotóxicos, pesquisa realizada pelo Núcleo Tramas, da Universidade Federal do Ceará⁴, comparou três municípios da região do Baixo Jaguaribe - onde o agronegócio está instalado e o uso de agrotóxicos é intenso - com doze municípios caracterizados pela agricultura familiar com produção de sequeiro. Com base em dados do DATASUS entre os anos de 2000 e 2010, verificou-se que a taxa de mortalidade por neoplasia é 38% maior nos municípios naquela região, assim como a taxa de internações por aborto foi 40% maior que nos municípios-controle (RIGOTTO et al., 2013).

Figura 1: Taxas de mortalidade por neoplasias e internações por abortos entre 2000 e 2010.

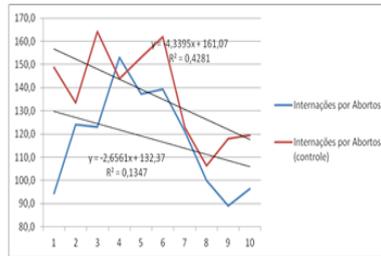
Tendências das taxas de mortalidade por neoplasias nos municípios de estudo e municípios controle, Ceará, 2000 a 2010.



a taxa de mortalidade por neoplasias foi 38% maior (IC95%= 1,09 - 1,73) nos municípios de estudo

4 Estudo Epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe expostas à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos com o apoio do MCT-CNPQ- MS realizado pelo Núcleo Tramas da UFC no período 2007 a 2010.

Tendências das taxas de internações por abortos nos municípios de estudo e municípios controle, Ceará, 2000 a 2010.



a taxa de internações por abortos foi 40% maior (IC95%= 1,21 – 1,61) nos municípios de estudo

Fonte: Rigotto *et al*, 2013

As transformações territoriais promovidas pelo agronegócio são centrais para a compreensão do *conflito ambiental* (ACSELRAD, BEZERRA, MELO, 2009) estabelecido. Essas questões são pertinentes para a compreensão das experiências das mulheres como sujeitos atuantes do território. Assim, a pergunta motivadora do estudo é *como esses processos interferem nos modos de vida das populações camponesas e em que medida impactam sua saúde?* A partir dessas questões, a pesquisa se propôs a analisar os impactos do agronegócio e dos agrotóxicos sobre a saúde das mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade ambiental e levantar possíveis contribuições para a promoção da saúde das mulheres camponesas.

Metodologia

A metodologia ora apresentada está situada no âmbito do escopo metodológico do *Estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe, Ceará* apoiado pela Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012. Realizado entre 2013 e 2015, o estudo se propôs a elaborar um diagnóstico sobre o contexto de vulnerabilização da saúde das mulheres que vivem em área de expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, Ceará. Para atender a amplitude da proposta, o estudo contou com várias abordagens junto a diferentes segmentos de mulheres. Exporemos aqui a metodologia adotada em uma das dissertações que integrou o referido estudo e que se propôs a compreender a percepção das mulheres sobre as transformações

territoriais promovidas pelo agronegócio na Chapada do Apodi e suas interferências sobre o processo saúde-doença.

Para construir o marco teórico-metodológico da compreensão sobre a relação entre modernização agrícola, mulheres camponesas, trabalho, ambiente e saúde optamos por uma perspectiva metodológica de natureza dialética e histórica, em diálogo com os conhecimentos trazidos pelas mulheres como sujeitos do processo, saberes construídos em seu cotidiano e nas inter-relações produzidas na vivência camponesa, ou seja, um conhecimento produzido sobre e pelas mulheres enquanto sujeitos da pesquisa. Optamos pela pesquisa qualitativa, definida por Santin Esteban como:

Um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar. Atravessa as Ciências Sociais, Humanas e Físicas. É multiparadigmática, onde as pessoas que a praticam são sensíveis a um valor de um enfoque multimétodo. O campo da pesquisa qualitativa é inerentemente político, atuando por meio de múltiplas posições éticas e políticas (SANTIN ESTEBAN, 2010, p. 125).

Apresentamos como eixo condutor a abordagem do conhecimento enquanto resultado da articulação entre o campo teórico e o campo empírico. Para tanto, utilizou-se a pesquisa participativa, a qual estabelece relações comunicativas com as pessoas ou grupos da situação investigada, em que pesquisadores/as participam do contexto investigado, identificam-se com valores e comportamentos (THIOLLENT, 1986).

Faz-se necessário acrescentar nesse percurso investigativo as metodologias feministas como fundamento da pesquisa por pretender resgatar experiências “de e com mulheres”. Narvaz e Koller explicitam que nas pesquisas feministas são muito utilizadas as abordagens qualitativas, tais como as narrativas, a pesquisa-ação, os grupos focais, os estudos de caso, as histórias de vida e o método autobiográfico, dentre outras.

Trabalhamos com ferramentas que permitiram adentrar na compreensão acerca do vivido, do aprendido e do significado que as mulheres atribuem à inter-relação trabalho-ambiente-saúde, a partir de suas histórias de vida. Optamos, assim, pela utilização de entrevistas semiabertas, diário de campo e observação participante. A *observação participante* é considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa.

Segundo Minayo, “sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam não apenas como estratégia no conjunto da investigação, mas como método em si mesmo, para compreensão da realidade” (1993, p. 134). Esta perspectiva permitiu adentrar nas nuances e nas dinâmicas das relações sociais presentes na realidade das mulheres em seus territórios e nos levou a partilhar do cotidiano. Conforme salienta Goldman, o que a proposta de observação participante de Malinowski promove é a abertura de espaço para que as populações falem ao invés de serem interrogadas pelo pesquisador (GOLDMAN, 2003, p.458).

Outra técnica utilizada foram as entrevistas *semiabertas*, como instrumento para coleta de história de vida na busca de “dar mais profundidade às suas reflexões” (MINAYO, 2007, p. 262). Foram entrevistadas 12 mulheres de quatro comunidades da Chapada do Apodi: Tomé, Ipú/Maracajá, Carnaúbas e Macacos, pertencentes aos municípios de Quixeré e Limoeiro do Norte. Em sua escolha, buscamos contemplar um leque abrangente e diversificado de formas de trabalho, identidades sociais e culturais, e de relação com o ambiente: a) Mulheres empregadas nas empresas do agronegócio; b) Pequenas produtoras; c) Mulheres de trabalhadores de empresas; d) Trabalhadoras da usina de reciclagem de produtos tóxicos; e) Pequenas produtoras irrigantes; f) Donas de casa; g) Sócias da Associação Comunitária; h) jovens estudantes; i) Artesãs; j) Agentes de Saúde.

Como instrumentos de registro utilizou-se o diário de campo, a fotografia e a gravação em áudio. O processo de sistematização e análise foi estruturado a partir dos temas comuns nas histórias de vida das mulheres, organizados em seis categorias analíticas: *Terra, Produção e Cultura; Trabalho; Ambiente; Relações Sociais e Familiares; Saúde*.

Transformações territoriais, conflito ambiental e saúde na chapada do APODI: a perspectiva das mulheres

A percepção de saúde construída pelas mulheres participantes de nossa pesquisa apontam para elementos que não se limitam à ausência de doenças, articulando-a à vida, às relações e ao próprio ambiente. Por essa razão, para elas, falar de saúde é falar de alimentação saudável e de um ambiente equilibrado. Falar de adoecimento é fundamentalmente lembrar a magnitude do problema dos agrotóxicos, da contaminação ambiental, das exposições e dos agravos dentro das empresas do agronegócio, da constatação do prejuízo da pulverização aérea para a produção familiar/

camponesa, da ineficiência do Estado, das dificuldades de atendimento do sistema de saúde, de uma medicina que não é neutra e atende aos interesses das empresas, e das dificuldades de acesso aos benefícios sociais.

De maneira geral, as mulheres refletiram sobre a saúde a partir da comparação entre os problemas de saúde vislumbrados antes e depois da chegada das empresas do agronegócio em seu território. Em suas análises, a utilização dos agrotóxicos é um dos marcos das transformações, pois eles modificaram as formas de produzir e, também, os hábitos alimentares. Elas atribuem ao uso intensivo de agrotóxicos a responsabilidade pelo aparecimento de doenças:

Antigamente era melhor, todo mundo era sadio. **Agora é uma riqueza medonha e todo mundo é doente.** A maioria do pessoal é doente, aí vem, o que está mais acabando com o pessoal é esse câncer. E é prejudicado mais por causa do veneno. Você já pensou que hoje em dia tudo o que a gente vai comer, é com veneno? [...] E antigamente todo mundo comia e todo mundo bebia e não tinha esse negócio de veneno. [...] Mas hoje está tudo mudado! Eu estou falando, tudo mudou, tudo é diferente. Aí quando apareceram esses projetos de irrigação, apareceu esse doença. (Dona Luana, grifos nossos)

Ah! **Agora falar em doença, não tinha muitas doenças perigosas como tem hoje.** E, aliás, muitos morriam e não sabiam de que. [...] **Agora dizer que hoje valorizou mais** [no sentido de aumentar], **abrangeu mais? Abrangeu. Devido o quê? Desses agrotóxicos. Dessas coisas, desses venenos, dessas comidas que a gente tá comendo só coisa que não é permitido.** Antigamente não tinha isso. [...] **a gente comia e nem adoecia! Como hoje tão facilmente a gente adoce** (Rita Maria, grifos nossos).

O relato apresenta e aponta o desafio, para os camponeses, de relacionar as doenças aos agrotóxicos e de lidar com elas, principalmente

por estarem desprovidos de informações sobre os contextos de riscos. O modelo produtivo que introduz novas tecnologias produtivas e impacta, de forma negativa, a saúde e a existência das famílias leva as mulheres a fazerem o nexo entre o aparecimento dos casos de câncer e a exposição aos agrotóxicos no trabalho. Apontar essa relação de causalidade tem sido um desafio para os limites da ciência moderna, mas a experiência vai ensinando às mulheres a desenvolverem formas de identificação dessas relações.

Em outro relato sobre as possíveis causas dos cânceres de duas vizinhas que moravam ao lado da usina de reciclagem de mantas tóxicas, há o nexo do aparecimento da doença com a contaminação ambiental gerada pela pulverização:

Elas não trabalhavam na empresa, mas quando essas empresas chegaram aqui, tinha dias que a gente sentia o cheiro dos venenos, os aviões passavam expurgando. Se a gente levantasse de manhã cedo e saísse, a gente sentia até aquele friozinho como se fosse uma **neblina de veneno** e desde esse tempo que a **tendência aqui foi adoecer as pessoas** (Dona Odete, grifos nossos).

Assim, as mulheres expressam e materializam os problemas com os quais convivem bem como o processo de vulnerabilização social a que estão submetidas. De acordo com Porto (2007), esse processo se refere a grupos expostos e fragilizados em sua capacidade de enfrentar os riscos. Na compreensão das mulheres, as empresas chegaram, trouxeram a monocultura, as “pragas”, os venenos e, conseqüentemente, o adoecimento. Essa situação nos revela as novas cercas que o agronegócio impõe. Elas extrapolam seus muros e interferem, de forma direta, na produção camponesa, ameaçando a autonomia de seus sujeitos, as culturas destes e a própria gestão do território.

Outro aspecto trazido pelas mulheres durante a pesquisa foi a dificuldade de alterar o modo de distribuição desigual dos danos ambientais. Dona Judite retrata a imposição dos custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos Acselrad (2010):

As vantagens só porque a produção é grande e nós temos muito milho, tem muito feijão, tem muito melão, tem muita melancia, mas que é **gente co-**

mendo e morrendo. É comendo e morrendo. **Antigamente quando a gente plantava e colhia, comia pra viver, hoje trabalha pra comer e come pra morrer.** É assim que eu vejo. [...] Porque a gente podia comer, no nosso tempo, no nosso inverno, **sem medo algum**; hoje a gente vai comer o melão, tem muitas pessoas que nem pode, quando termina já é correndo com o intestino. **O milho? Esse é que é ofensivo! Eu não posso comer, eu não posso comer o milho verde do projeto** [de irrigação], **é comer e passar mal do intestino, me dá febre, me dá dor de cabeça,** eu sei lá o que é! As vantagens são assim e eu vejo mais desvantagens do que mesmo as próprias vantagens (Dona Judite, grifos nossos).

Aqui são apresentados, pelo menos, dois aspectos importantes. O primeiro deles está relacionado ao que Christiane Campos (2009) apresenta como uma das faces bárbaras do agronegócio: o aumento da insegurança alimentar. Ela aponta que “os constantes aumentos de produção e produtividade não implicam em maior e melhor situação alimentar e nutricional da população, isso porque a prioridade do agronegócio é produzir *commodities* e não alimentos” (CAMPOS, 2009, p. 57). Outro aspecto diz respeito ao conceito de território, importante para compreender a relação de dominação e apropriação do espaço, tanto em sua tentativa de dominação concreta (no campo político-econômico) quanto em sua tentativa de dominação subjetiva e/ou cultural-simbólica (HAESBAERT, 2004). Tais contribuições são relevantes para se perceber as relações de hegemonia/apropriação/resistências, que dependem, como analisa o autor, da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Se antes, no território, a forma de plantar existia “para comer e viver”, hoje, os(as) camponeses(as) *trabalham para comer e comem para morrer*, o que expressa um profundo processo de transformação que retira dos(as) camponeses(as) a soberania sobre o território (de produção e cultura).

Para análise dessa dinâmica do processo saúde-doença é **necessário entender** também a dinâmica do modelo de expansão do capital e alguns elementos formadores dos conflitos envolvendo comunidades e empresas. Nesse sentido, cabe ressaltar que tais conflitos resultam da **ameaça e da**

perda dos direitos territoriais dos povos; desencadeiam problemas relacionados ao acesso à terra, à água e à biodiversidade; à perda da soberania alimentar, à produção de injustiças sociais e ambientais e consequentemente à saúde.

O segundo aspecto instituidor dessa expansão geradora de conflitos é engendrado pela ideologia que perpassa o **modelo de negação da natureza enquanto portadora de direitos, visto** que a considera como mera mercadoria. Uma das mulheres participantes da pesquisa porta essa visão totalizante e afirma que:

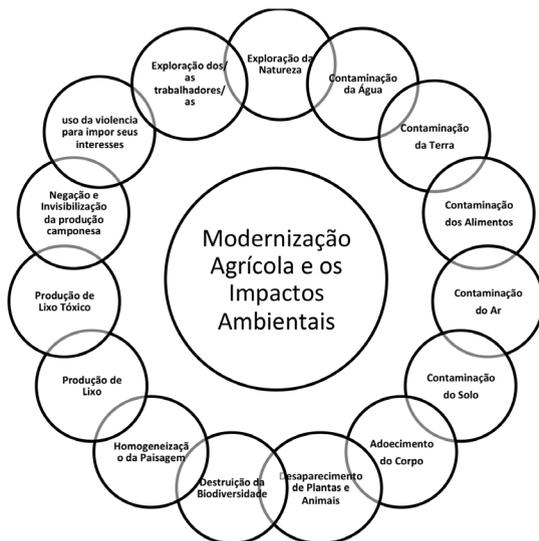
Aqui na Chapada **os direitos da natureza estão sendo negados**, infelizmente. De que forma? **Da forma da exploração. A natureza hoje ela é muito explorada: nós temos além do projeto irrigado que vem a água do rio, temos também os projetos de poços profundos.** [...] O aquífero Jandaíra, **ele já não suporta mais o nível de água que é retirado porque as chuvas que estão caindo são poucas.** [...]. E aí a gente ver o modo que a natureza é negada. **Essa é que bem tem direito** porque quem nos sustenta é ela. Então ela tem o direito de respirar mais do que nós porque ela dá respiração. Através do ar que ela libera é que a gente respira. **E se a natureza morrer, a humanidade também vai morrer!** (Mirian, grifos nossos)

Interligando esses fatores, adentra-se no entendimento dos conflitos ambientais considerando as questões de gênero e as desigualdades neles contidas. Aqui, parte-se da premissa de que esse modelo só se sustenta porque seus danos são destinados à classe trabalhadora, especialmente às mulheres.

As mulheres entrevistadas analisaram a questão ambiental na Chapada colocando na raiz do problema a *ambiçã*o, em nome da qual forjam-se processos de destruição, adoecimento, contaminação da água, escassez, homogeneização da paisagem, desaparecimento dos animais, exposição e exploração dos trabalhadores, negação do direito à alimentação sadia, envenenamento da população e da terra, poluição do ar, contaminação do

solo, poluição pela reciclagem dos produtos tóxicos, violência e negação da cultura todos como “faces de uma mesma moeda”. (Figura 2).

Figura 02: Diagrama da Problemática Ambiental na Chapada



Nesse cenário, as mulheres tecem a trama dos agrotóxicos em relação à contaminação ambiental e aos impactos à saúde do/a trabalhador/a. Apresentam o caráter predatório do modelo no que tange à questão ambiental e à vulnerabilização, que fazem parte da racionalidade econômica da produção intensiva do capital. Do mesmo modo, destacam que esse caráter também gera a desigualdade no que diz respeito ao acesso e à qualidade da água.

Em relação à água, os elementos centrais que desvelam a problemática da contaminação mostram a perda da autonomia no acesso e no controle sobre ela. Nesse sentido, a contaminação se constitui como uma das maiores expressões de violência desse modelo no cotidiano de vida das mulheres da Chapada.

O alarme dado pelas famílias no que tange ao problema da contaminação das pessoas por agrotóxicos se relaciona ao modo como os(as) camponeses(as), em seu devir histórico, desenvolvem conhecimentos tecidos na relação com o ambiente natural (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Revela, também, uma concepção de ambiente que não se separa da sociedade. O fio da meada foi a constatação de uma grande quantidade de pessoas com coceiras na pele, no mesmo período da mortandade de peixes no canal de irrigação que abastecia também as comunidades, e a relação destes fenômenos com um “acidente” envolvendo a lavagem do trator que derramou veneno na água servida à comunidade em 2004. Atentas aos sinais do corpo adoecido, foi a experiência prática das mulheres que as levou ao nexos entre adoecimento e contaminação, mesmo desconhecendo, até então, os impactos dos agrotóxicos à saúde.

Assim, percebemos que a ameaça à soberania hídrica é uma das marcas da modernização agrícola na Chapada do Apodi visto que o agrogócio passou a controlar não só o fluxo da água, mas instituiu a contaminação por produtos químicos. Fato constatado por pesquisa⁵ realizada, em 2009, pelo Núcleo Tramas-UFC na qual foram analisadas amostras da água servida às comunidades da Chapada do Apodi. Foram colhidas 24 amostras de água dos canais, das caixas d’água e de poços profundos. Em todas elas foram encontrados princípios ativos de agrotóxicos, numa variação que foi de 3 a 12 princípios distintos em cada amostra analisada. Esses resultados confirmaram as denúncias que a população já vinha fazendo sobre a qualidade da água.

A contaminação passa a impor às comunidades uma “alternativa infernal”: conviver com a água contaminada, adentrar na lógica da mercantilização e pagar pela água mineral de qualidade duvidosa ou se contentar com a falta dela. O que passa no imaginário dessas mulheres ao ter que “conviver com ideia de beber, cozinhar, comer, banhar e lavar” com essa água contaminada?

A incerteza passa a reger o imaginário das mulheres sobre aquilo que é considerado um bem para a sustentabilidade da vida, a água. A água representa a facilitação das atividades no seu cotidiano e o medo da ameaça de viver sem ela é desafiante. O sonho passa a ser, então, a possibilidade de acesso a uma água de qualidade. Nesse sentido, a luta por uma adutora que traga água de qualidade para consumo humano tem sido uma das grandes bandeiras das comunidades da Chapada. As mulheres, mais uma vez, estão à frente desse processo, pressionando e debatendo com os órgãos públicos essa questão.

A constatação do prejuízo de tal modelo para a produção campo-

5 Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos.

nesa é trazida por dona Luana, ao apresentar o problema da pulverização aérea de agrotóxicos no plantio de banana ao redor de seu sítio:

Os bichos da gente morria, as galinhas. Muitas, muitas. Só de uma lapada só, entre galinha, peru, capote e pato, morreram umas trezentas cabeças, só minha. Eu tinha demais, minha filha. Um saco de milho só era três dias. Era muita, muita, muita. Muito capote. Só capote morreu sessenta de uma lapada. Passava os aviões aí matava porque pingava dentro de uma lagoa que tinha aí com água aí morria, morreu foi muito. É assim, minha filha, a nossa vida (Dona Luana).

Sem a mesma mobilidade espacial de que desfrutam as empresas – que podem se realocar ao esgotarem o solo, por exemplo, as comunidades, depois de vulnerabilizadas com a perda da terra e a falta de políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa, são obrigadas a “conviver” com esses problemas, caracterizando o que Pignarre e Stengers denominam alternativa infernal:

Pignarre e Stengers (2005, p.40) denominam como “alternativas infernais” situações que se caracterizam pela apresentação pública de uma série de opções ou alternativas, todas elas invariavelmente ruins; pelo mecanismo circular em que as tentativas de se buscar soluções inovadoras apenas agravam o problema e pelo efeito de poder que esse tipo de enunciado produz sobre as pessoas, que sentem-se incapazes de agir e, como resultado, submetem-se, resignam-se, deprimem-se ou simplesmente produzem denúncias que ecoam no vazio, incapazes de reverter o mecanismo que as paralisa (LISBOA, BARROS, 2008, p. 370).

Ao se referirem à exposição a agrotóxicos, as mulheres articulam seu olhar partindo da exposição do/a trabalhador/a, passando pelos alimentos contaminados e relacionando o envenenamento da população ao envenenamento da terra, vistos na mesma proporção:

Com a terra acontece a mesma coisa. Porque

ela pode ser produzida por seis meses, antigamente era assim, ela produzia seis meses e seis meses ela descansava para poder produzir de novo. **Hoje em dia, não. É produção por cima de produção.** A terra está fraca? O que que faz? Joga produto químico. Então **a plantação ela está mais sendo sustentada pelo produto químico, do que mesmo pela própria terra** porque a terra ela não tem tempo de se recompor. **Ela não tem condições de respirar** tão rápido por conta de tanto produto que é jogado e tanta plantação. Quando um pequeno produtor planta, ele planta pouco e faz aquele intervalo da plantação, **mas as grandes empresas não respeitam esse tempo da terra se recompor.** Ele passa ali dez anos plantando, nesses dez anos a terra está gasta, não presta mais para nada, então ele sai e **vai para outra terra.** E aquela terra fica improdutiva. [...] Porque eu sinto que **a terra é como o ser humano[...]** **Ela vai se modificando, se desgastando da mesma forma,** envelhecendo, como as pessoas também envelhecem **dependendo do tratamento** (Dona Judite, grifos nossos).

Na perspectiva laboral, o conflito se traduz pela **exploração da força de trabalho de camponeses e camponesas** que, na sua maioria, foram expropriados/as de suas terras e agora se expõem a um emprego com relações e condições de trabalho precarizadas nas chamadas “fábricas de frutas”.

Eu vi uma mulher chegando do trabalho toda intoxicada por conta de que ela estava lá colocando a manta no melão e atrás dela vinha um expurgando. [...] Aí eu fiquei me perguntando: ***meu Deus, ela está trabalhando para quê, para se sustentar ou para se matar?*** Porque, se você está trabalhando e chega em casa toda intoxicada, é porque o seu trabalho não está lhe fazendo bem! E ela continua nesse trabalho porque necessita desse traba-

lho para a sua sobrevivência, infelizmente. Então ela passa dois, três dias intoxicada, em casa, com atestado médico, ficou boa, volta para o trabalho de novo. É o que acontece. (Mirian, grifos nossos)

Aliado a essas questões, as mulheres analisam como percebem o tratamento da empresa em relação à saúde de seus(suas) trabalhadores(as):

Tudo é aquele jeitinho brasileiro: tem a equipe médica nas empresas, tem! Mas o médico, ele é funcionário também! O que acontece: ele está lá todo **contaminado com o sistema da empresa**. Se um está doente, ele diz: *tome isso e vá para casa, mas eu só dou atestado por hoje. Você está doente, mas eu não vou encaminhar você para se tratar porque a empresa vai ter prejuízo*. Não adianta dizer que a equipe médica da empresa ela é positiva. Ela é positiva ali, **mas que ela se preocupa com a saúde do trabalhador, não se preocupa não, porque ela também é um agente de lá**, ela também sofre influência com aquilo. **Não é neutra!** (Sophia, grifos nossos).

As mulheres detalham a precariedade das **condições de trabalho**: obrigação no cumprimento de metas de produção; controle do tempo de trabalho; dupla jornada de trabalho; incerteza sobre a garantia do emprego; relação entre o emprego que adoce e as transformações na forma de se alimentar; exposição e riscos no ambiente de trabalho; cansaços; dores; angústias... Essa é uma das muitas situações relatadas pelas mulheres:

Olhe, **o trabalho das empresas eu vejo com maus olhos pra mulher**.[...] É aí onde eu acho que ainda não acabou a escravidão. Por quê? [...] **mulheres novas que eram sadias hoje em dia é um dia no trabalho, um dia no posto**. Outras fazem aquelas cirurgias de útero, arrancam tudo, ficam **umas mulheres inutilizadas**, outras com eczemas nas pernas, e daí por diante. Então, mas que, só não vai pro trabalho quando diz assim: *hoje eu não*

posso me levantar. Porque tem que ir, é de carteira assinada, chega o final do mês, recebeu aquele salariozinho, aí uma vai lá numa loja, compra um guarda-roupa, [...] **nem se lembra que nem pode desfrutar aquilo por muito tempo**, como muitas mulheres novas de seus quarenta anos, trinta e poucos anos, já morreram muitas por aqui por conta do trabalho. Eu acho que no meu modo de pensar pra mim é a mesma escravidão, é o trabalho escravizado. (Dona Judite, grifos nossos)

Contrapondo-se à visão de que o trabalho assalariado traz segurança para o trabalhador e a trabalhadora, Dona Judite aponta a relação salarial como escravidão. Para ela, o trabalho “de carteira assinada” aprisiona, na medida em que se reduz à lógica de trabalhar apenas para gastar, para entrar no mercado do consumo, mas não para que se possa usufruir da produção, por conta do tipo de trabalho a que as mulheres estão expostas.

E você trabalhando em uma firma, não. Você é obrigado a **cumprir aquele horário**. [...] Tinha firma como a Delmont Abacaxi, que os funcionários [...] levava a comida, colocava no pé de uma planta, muitas vezes a **comida já azeda**, mas era a comida que tinha para comer. E ainda comia em pé porque **não tinha tempo para se sentar** nem aonde e se sentar. Era em pé, **no meio do sol**, no meio do tempo, porque tinha que trabalhar, tinha que **cumprir com aquela produção**: *eu tenho que produzir tanto, todos os dias, da mesma produção. Não posso render menos. Se eu render menos, eu posso ser colocado para fora.* Sem contar que **não tinha banheiro** para fazer as necessidades, pra fazer no meio do campo. E muitas mulheres trabalhando no meio dos homens, **sem ter uma privacidade** pra fazer uma necessidade porque mulher é diferente de homem. Aí pra fazer uma necessidade no meio do tempo, não é? (Mirian, grifos nossos).

Nesse ponto, cumpre-nos lembrar que as mulheres, embora

reconheçam algumas positivities no emprego – como aumento da renda familiar, maior autonomia na relação com o companheiro, e até mesmo a sociabilidade que a concentração no espaço da empresa possibilita – não demonstram um laço de identidade ou um vínculo afetivo nesta relação. Assim, a negação a esse emprego por parte de algumas delas passa a se constituir, também, em uma forma de resistência ao modelo.

Algumas mulheres identificaram ainda o processo desapropriação como gerador de quadros de adoecimento psíquico entre membros das famílias atingidas pelo perímetro irrigado.

Além disso, ao analisarem vantagens e desvantagens de tal modelo, mostram o preço do desenvolvimento e apontam os problemas sociais como os principais desafios a serem enfrentados. Esclarecem que o desenvolvimento traz, em seu bojo, os problemas sociais e ambientais. Especificam, ainda, que as comunidades arcam com os custos sociais: drogas, violência, prostituição, gravidez precoce, rompimento dos laços familiares, aumento de doenças etc.

Assim, as mulheres avaliam e problematizam os impactos desse modelo, produzindo formas, sentidos e apropriações materiais e simbólicas do território que permeiam, de diferentes maneiras, a recriação e a reafirmação da cultura, da organização produtiva e da relação com o trabalho.

Considerações Finais

Como vimos, a expansão do capital no campo, para a produção de *commodities*, através da desterritorialização e da vulnerabilização, viola uma série de direitos e impacta de forma significativa o processo saúde-doença das famílias atingidas, especialmente as mulheres. O desocultamento destas violações se faz necessário para trazer ao debate na agenda social a premência da construção de alternativas a este modelo – como reconhece a própria Política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo e da Floresta (BRASIL, 2008). A partir da perspectiva dos/as agricultores/as, devem ser garantidos seus direitos territoriais e culturais, suas formas de organização social e econômica, as relações sustentáveis com a natureza e a produção de alimentos saudáveis – todas estas dimensões fundamentais para a determinação da saúde.

Do ponto de vista do direito à saúde, as políticas públicas, especialmente o Sistema Único de Saúde (SUS), deve reconhecer, acolher e responder às novas necessidades de saúde que surgem nestes contextos,

no que diz respeito às ações de promoção, de vigilância e de atenção. Isto demanda, desde a organização das ações da Estratégia de Saúde da Família, maior aproximação dos profissionais e serviços com as dinâmicas do território em que estão inseridos (PONTES, 2012).

Mais que isto, se gênero é uma das dimensões organizadoras das relações sociais que produzem desigualdades, a política de saúde construída no âmbito do SUS deve reconhecer a existência dessas desigualdades e responder a elas, com vistas à promoção da equidade de gênero.

A história mostra que a efetivação dos direitos – já conquistados e por conquistar – articula-se à dimensão política do protagonismo das mulheres em sua organização autônoma para a participação e incidência objetiva nos processos de tomada de decisão.

Na Chapada do Apodi, encontramos este protagonismo das mulheres que, em seu cotidiano, desenvolvem relações de solidariedade, de vigilância dos riscos e agravos à saúde, analisando situações e construindo nexos, a despeito do escasso acesso à informação. A partir de sua cosmovisão integradora das diferentes dimensões da natureza e da vida social, articulam saberes e sentidos para buscar a superação da realidade de dor, medo e sofrimento em que estão vulnerabilizadas.

Referências

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.24, n.68, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de gestão estratégica e participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde. **Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BREILH, J. **Epidemiologia Crítica: Ciência Emancipadora e Interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CAMPOS, C.S.S. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agro-negócio** – O caso de Cruz Alta-RS. Tese de Doutorado, Universidade Federal do RS, 2009.

FREITAS, B. M. C. **Marcas da Modernização Agrícola no Território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará - Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, 2010.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. **Extractivismo, Política y Sociedad**, Quito (Ecuador), CAAP, CLAES, 2009.

LAURELL, AC. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**, Cidade do México (México), 1982.

LISBOA, M.; BARROS, J. **Direito Humano ao Meio Ambiente**. Curitiba: Plataforma DHESCA, 2008.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11, n.3, p.647-654, set./dez. 2006.

NÚCLEO TRAMAS. **Documento Síntese dos Resultados Parciais da Pesquisa**. UFC, 2010.

PONTES, AGV. **Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental**: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Federal do Ceará, 2012.

PORTO, MFS. **Uma ecologia política dos riscos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

PORTO, MFS; ROCHA, DF; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.10, p.4071-4080, oct./2014.

PORTO-GONÇALVES, CW. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. CECENÑA, Ana Esther (Coord.) **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

RIGOTTO, R. M. et al. **Agrotóxicos, trabalho e saúde – vulnerabilidade**

e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará. 1ª Ed. Fortaleza: Editora UFC e Co-edição Expressão Popular, 2011. RIGOTTO, R.M; TEIXEIRA A.C.A. Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental no Campo, na cidade e na Floresta Conferência Nacional de Saúde Ambiental, 2009, Brasília, DF. Caderno de texto. In: **Anais...**, Brasília, DF: GT Saúde e Ambiente da ABRASCO, 2009.

SAMPAIO, JLF; LIMA, AEF; FREITAS, BMC. As bases geo-históricas do Baixo Jaguaribe. In: RIGOTTO, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. 1ªed. Fortaleza/São Paulo: Edições UFC/Expressão Popular, v. 1, p. 111-143, 2011.

SANTÍN ESTEBAN, M.P. **Pesquisa Qualitativa em Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTOS, AL.; RIGOTTO, RM. Território e Territorialização: Incorporando as Relações de Produção, Trabalho, Ambiente e Saúde na Atenção Básica à Saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.08, n.03 p. 387-406, nov. de 2010/Fev. 2011.

SVAMPA, M. **Pensar el desarrollo desde América Latina**. Buenos Aires, 2012.

TEIXEIRA, M. M. **A criação do conflito foi que mostrou pra sociedade o quê que estava acontecendo ali: agronegócio, vida e trabalho no Baixo Jaguaribe, CE**. Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal do Ceará, 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 997p. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

